

# O avesso da cidade da cultura

*Eliana Bogéa<sup>1</sup>*  
*Silvio Figueiredo<sup>2</sup>*

- .....
- 1 Eliana Bogéa, doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: elianabogea@ufpa.br.
  - 2 Silvio Figueiredo, professor NAEA-UFPA. E-mail:slima@ufpa.br.

## RESUMO

O presente trabalho estabelece a relação entre cultura e o desenvolvimento do território da cidade para analisar um (anti) modelo ainda vigente nas cidades brasileiras em paralelo ao contexto de Ananindeua, que bem poderia ser de qualquer outra cidade do Brasil e/ou do mundo. Escolher essa abordagem como fio condutor significou descortinar um território ainda invisível no espaço da aglomeração de Belém, na contramão do modelo do empreendedorismo urbano tão em alta num país das cidades sedes dos grandes eventos.

*Palavras-chave:* cultura. Empreendedorismo urbano. Cidade. Ananindeua.

## ABSTRACT

The present work considers the relationship between culture and the city territory development as to analyze a still effective (anti) model in Brazilian cities as compared to context of Ananindeua which could well be of any other city in Brazil or around the world. To choose such an approach as an underlying theme meant to discover a still “invisible territory” in the space of the urban agglomeration of Belem, in the opposite sense of the urban entrepreneurship model so valued in our country, which has been the host of major global events.

*Keywords:* Urban entrepreneurship. City. Ananindeua.

## INTRODUÇÃO

**A**tento à realidade local através da experiência em outro lugar, este trabalho estabelece a relação entre cultura e o desenvolvimento do território da cidade para analisar um (anti) modelo ainda vigentes nas cidades brasileiras em paralelo ao contexto de Ananindeua,<sup>3</sup> que bem poderia ser de qualquer outra cidade do Brasil e/ou do mundo. Escolher essa abordagem como fio condutor significou descortinar um território ainda invisível no espaço da aglomeração de Belém,<sup>4</sup> na contramão do modelo do empreendedorismo urbano tão em alta num país de cidades sedes dos grandes eventos.

Nesse sentido, o trabalho de Carneiro, Leite e Tavares (2010) sobre a experiência da ação coletiva de empreendedorismo urbano da cidade de São João del-Rei<sup>5</sup> como resultado do título Capital Brasileira da Cultura, em 2007, orientou-nos (re)pensar a (re)

- .....
- 3 O município de Ananindeua localiza-se no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém (RMB). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população do município é de aproximadamente meio milhão de habitantes, o que faz de Ananindeua o segundo maior município do estado do Pará e o terceiro maior da Amazônia em população.
  - 4 Capital do estado do Pará na região norte do Brasil.
  - 5 Cidade histórica do estado de Minas Gerais na região sudeste do Brasil.

configuração do território em conjunto com os habitantes locais. Isso porque, essa reconfiguração material e simbólica que transforma o território urbano de valor de uso da população residente em valor de troca a oferecer no mercado mundial de cidades, desconhece, nas qualidades sensíveis e singulares de cada território, qualquer utilidade e significado que não seja convertê-los em riqueza abstrata. Ao confrontar a generalidade de tais processos e suas especificidades locais é possível estabelecer guias para ações capazes de incidir sobre os mecanismos locais de reprodução das desigualdades.

Para isso, é preciso desconstruir a representação hegemônica da cidade, que o empreendedorismo urbano projeta, para construir informações sobre a cidade oculta, recuperar sua história e o papel nela desempenhado pelas lutas urbanas e de resistência daqueles grupos sociais não concernidos com a acumulação de capital e impossibilitados de consumir a cidade-mercadoria que se quer empreender. É essa a orientação que permeia essa experiência acadêmica num esforço de enxergar a cidade, oculta, das periferias pobres no contexto das aglomerações urbanas, aqui a Região Metropolitana de Belém (RMB), na cidade de Ananindeua em particular.

### **SÃO JOÃO DEL-REI, CAPITAL BRASILEIRA DA CULTURA**

A análise de Carneiro, Leite e Tavares (2010) sobre a experiência da ação coletiva de empreendedorismo urbano da cidade de São João del-Rei como resultado do título Capital Brasileira da Cultura, em 2007, orientou nossa experiência junto aos artistas e agentes culturais de Ananindeua repertoriados nesse trabalho para (re)pensar a (re)configuração do território em conjunto com os habitantes locais. Escolher essa abordagem como fio condutor significou esforço permanente para descortinar uma cidade ainda invisível no espaço da aglomeração de Belém e, mais do que revelar, compreender por

que a grande maioria dos artistas que alimentam a cena cultural de Belém moram em Ananindeua e pouco ou quase nada participam da vida da cidade onde moram. Assim, essa análise busca trazer o ingrediente do invisível seja dos atores seja da cidade seja do próprio tema da cultura para o centro desse trabalho, na contramão do modelo do empreendedorismo urbano, tão em alta nas cidades brasileiras que sediaram a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Nessa perspectiva, Carneiro, Leite e Tavares (2010) analisam, no contexto da competição interlocal, o esforço de construir e afirmar uma imagem do território, no caso São João del-Rei, como lugar que significa a um só tempo preservação do patrimônio arquitetônico e cultural ligado ao *passado* e cenários econômico e social *modernos*. O que significa parecer simultaneamente atrativo para os negócios, assim como para atividades de turismo, tendo em vista seu diferencial entre as cidades históricas mineiras quando da conquista do título de Capital Brasileira da Cultura, capaz, por exemplo, de conectar São João del-Rei à rede internacional de municípios pela cultura.

Com efeito, a cidade adotou ações de empreendedorismo urbano que objetivaram a reconfiguração material e simbólica do território para torná-lo seguro e atraente ao capital estrangeiro, aos investimentos públicos e aos gastos de consumo através de ações que tecem complexas alianças entre o capital privado e os atores da sociedade civil local, nas quais o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador e assumem parte dos riscos decorrentes da estratégia de posicionar a cidade no novo mapa do mundo. Isso para converter o território urbano em uma mercadoria a ser vendida num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda.

Importante destacar, que segundo Carneiro, Leite e Tavares (2010), o empreendedorismo urbano surge na Baltimore do início da década de 1970 como tentativa de reconfiguração material e simbólica do

território marcado pelo movimento dos direitos civis e pela morte de Martin Luther King. Ao exibir, já na época, como um de seus traços genéticos, a reapropriação mercadorizante de elementos da “contracultura”, o empreendedorismo urbano buscou converter Baltimore de “cidade sitiada” em “cidade comunidade”, na qual a convivência harmônica entre “diversidade étnica” garantia um “clima seguro e favorável” aos negócios, inclusive o da mercantilização da “autenticidade” local (no caso étnica), outra forte característica do empreendedorismo urbano.

Esse é o mesmo empreendedorismo urbano que no início da década de 1990 reconfigurou materialmente e simbolicamente a cidade de Barcelona, segundo princípios e práticas denominados “planejamento estratégico” ao abranger um conjunto de ações capazes de promover a rentabilidade do território e cujo grau de aplicabilidade depende da configuração territorial preexistente, dos atores locais e suas relações de força. (CARNEIRO; LEITE; TAVARES, 2010) Para atender ao objetivo de “colocar uma cidade no novo mapa do mundo” o célebre “modelo catalão” de empreendedorismo urbano precisa considerar a posição relativa dessa cidade no contexto da competição interurbana global.

Isso significa que “vender” São João del-Rei é completamente diferente da tarefa de “vender” cidades europeias como Londres ou Paris, o que justificou constituir um agrupamento de cidades “históricas” mineiras como estratégia de potencializar as chances de sucesso de cada uma delas nos mercados turísticos regional, nacional e mundial. Segundo Carneiro, Leite e Tavares (2010), esse agrupamento, articulado pelo projeto Estrada Real, criou um roteiro turístico pelos caminhos antigos do interior de Minas Gerais até a cidade do Rio de Janeiro que, por ser polo na rede internacional de cidades, viabilizou, à cada cidade do agrupamento, como São João del-Rei, a respectiva entrada no mercado mundial de turismo.

Nesses tempos em que os “negócios da cultura” são os principais destinos dos capitais excedentes da produção de mercadorias,

idades que possuíam, como São João Del-Rei, uma configuração territorial de práticas artísticas e religiosas reconhecidas como “autênticas”, “raras” e “tradicionais”, logram trunfos decisivos na competição interurbana contemporânea. Por isso, talvez nenhum instrumento tenha sido mais útil à mercadorização da “tradição” –com seus efeitos simultâneos de fortalecimento de uma “marca” competitiva e de construção de um consenso local, do que a obtenção do título de Capital Brasileira da Cultura em 2007. Assim, segundo Carneiro, Leite e Tavares (2010), vender São João del-Rei como espaço de harmonia entre “tradição” e “modernidade” implicou a reconfiguração material desse território plena de simbologia.

Um exemplo foi a construção do primeiro *shopping center* da cidade, inaugurado em 2006, que conjuga, no estilo arquitetônico, contemporaneidade e características dos séculos XVII e XVIII, e que, assim, obteve a devida legitimação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A intenção de apresentar o território como síntese positiva de “tradição” e “modernidade” é expressa até no nome do empreendimento, *Hills Street Shopping*, que faz alusão, em inglês, a língua global dos negócios, às montanhas, plenas de simbologia da cultura e identidade mineiras, assim associadas a um centro de consumo e de conforto.

Carneiro, Leite e Tavares (2010) ressaltam também um conjunto de seis Protocolos de Intenções entre a Prefeitura Municipal de São João del-Rei, o governo do Estado, a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Ciemg), as empresas Oi (de comunicação) e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas), para revitalizar o centro histórico da cidade, cujos objetivos são apresentados num documento da Secretaria Municipal de Cultura. Com efeito, o documento determina: tornar os lugares agradáveis; realizar a despoluição visual; promover a valorização dos imóveis de valor arquitetônico, histórico e cultural, assim como controlar seu uso para evitar a entrada de vândalos.

Para os autores em questão, as alianças da elite que decide sobre o empreendedorismo urbano local excluem, necessariamente, os grupos com pouca “relevância estratégica”, e, assim, privatiza os processos decisórios ao submeter à gestão pública a uma “democracia direta da burguesia”. Desta feita, São João del-Rei experimentou processo contínuo e acelerado, nas duas últimas décadas, de homogeneização socioeconômica e ambiental dos territórios urbanos, o que faz desaparecer progressivamente as regiões em que coabitavam famílias de estratos sociais distintos.

Com efeito, sob a lógica dessa segregação espacial cada vez mais nítida, de um lado tem-se as zonas mais centrais valorizadas para o turismo que abrigam exclusivamente camadas das elites econômicas locais e de outro as extensas periferias pobres cuidadosamente apagadas do olhar dos turistas, caso de Ananindeua, cidade oculta na periferia da grande Belém, povoada, sobretudo por áreas consideradas de risco por sua extrema violência.<sup>6</sup> Isso demonstra que decisões exteriores ao território podem significar uma *faxina urbana* ou quem sabe um *banho de loja* naquele território, capaz de esvaziá-lo de qualquer significado para sua gente. Certamente, limpar o *indesejável* da vista da cidade seria, para Ananindeua, deixar de existir.

Sob a análise de Carneiro, Leite e Tavares (2010), essa reconfiguração material e simbólica que transforma o território urbano de valor de uso da população residente em valor de troca a oferecer no mercado mundial de cidades, desconhece, nas qualidades sensíveis e singulares de cada território, qualquer utilidade e significado que não seja convertê-los em riqueza abstrata. Ao confrontar a generalidade de tais processos e suas especificidades locais é possível estabelecer guias para ações capazes de incidir sobre os mecanismos locais de reprodução das desigualdades e da injustiça ambiental urbana.

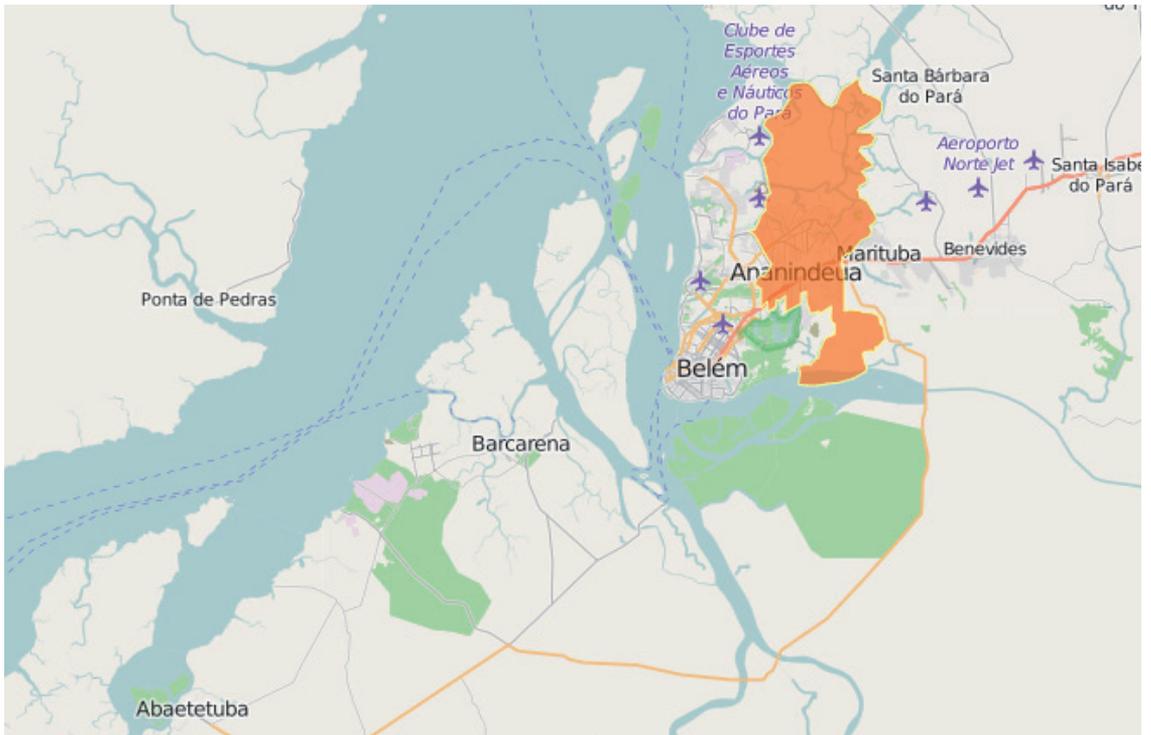
.....  
6 Ananindeua é resultado da soma de muitas ocupações posteriormente transformadas em bairros que até hoje carecem de delimitação clara e de regularização.

E ao insistir que nessa paisagem urbana existem também as coisas da natureza, esse trabalho propõe um estudo para além do aparente no sentido de apontar outro olhar que não seja apenas naturalizar o que é social e tampouco considerar social o que é natural. Afinal, esse equívoco norteia o modo de intervenção na Amazônia predominante até hoje através de estratégias que, longe de serem aquelas de quem vive aqui, fundamentadas pelo crescimento econômico nunca servem ao desenvolvimento de sua gente, seja por desprezar a natureza, seja, sobretudo, por desconsiderar a cultura do território amazônico. (OLIVEIRA, 2006)

### **ANANINDEUA: BREVE DIAGNÓSTICO**

O Município de Ananindeua localiza-se no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém (RMB).<sup>7</sup> De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015),<sup>8</sup> a população do município ultrapassa meio milhão de habitantes, o que faz de Ananindeua o segundo maior município do estado do Pará e o terceiro maior da Amazônia em população. Em seu território localiza-se aquela que já foi considerada a maior ocupação urbana da América Latina, o Complexo do Pará, Amapá, Amazonas e Roraima (PAAR) e abrigam milhares de famílias de baixa renda e jovens em situação de risco social e pessoal.

- .....
- 7 Formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Santa Bárbara do Pará e Castanhal: Lei Complementar Estadual n.º 76 de 28 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará (DOE/PA) de n.º 32.066, de 29 de dezembro de 2011.
  - 8 Para mais informações acessa site Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150080&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em: 16 ago.2014.



Fonte: IBGE (2015).

Ao considerar que o inchaço da capital paraense implicou em estratégias de ocupação na cidade vizinha, sobretudo no final das décadas de 1980-1990, quando o município enfrentou acelerado processo de ocupação, é impossível separar a história de Ananindeua da história de Belém. (FARIAS, 2004) Nosso interesse em questão é mergulhar nas bases da formação de Ananindeua como espaço urbano e a inevitável relação com a aglomeração de Belém, num esforço constante que privilegia as pessoas da cidade, orientado pela verve cultural que, para nós, está sempre na raiz que impulsiona a vida em sociedade.

Se Ananindeua permanece uma alternativa de moradia para a capital paraense, certamente compreender a urbanização dessa cidade é também compreender Belém, ao considerar a periferia urbana da Região Metropolitana de Belém (RMB), ou seja, representar uma estruturação do espaço apenas compreensível por meio da história da capital paraense e da ação das classes sociais. Assim, o percorrer desse diagnóstico de Ananindeua, reconhece a imposição dos limites naturais, mas trabalha a compreensão de que os limites de produção do espaço resultam mesmo é do enfrentamento entre as classes sociais, uma vez que são elas que o expandem e o retraem e, por isso, definem a sua plasticidade. (RODRIGUES, 1988)

A estreita relação entre Ananindeua e Belém, segundo Rodrigues (1988), embora se distanciem no espaço e no governo administrativo local, implica que morar em Ananindeua é também morar em Belém. Isso porque Ananindeua é uma opção de moradia para as camadas populares da capital paraense, o que expressa compromissos do Estado com a classe dominante que o faz incapaz de direcionar os mecanismos do capital imobiliário para uma ocupação racional e socializada do espaço urbano pelas diversas classes sociais.

Necessário admitir que a paisagem da primeira metade dos anos 1980 apresentada por Rodrigues (1988) ainda persiste na Ananindeua

atual, a exemplo do bairro do 40Horas, pelo abismo existente entre aquele dos condomínios fechados da classe média local — como o Vila Firenze e o Cypress Garden, cujos moradores são em muito autoridades locais — e outro descrito por Gilvan Souza, do Movimento de Juventude Periférica (MJP), cujas diferenças identificaremos na sessão seguinte. Importante destacar também que em 2013 o 40Horas foi um dos bairros posto em estado de alerta pela vigilância sanitária municipal e estadual porque infectado pelo mosquito da malária (DOL, c2016)<sup>9</sup>, o que denuncia a precariedade de infraestrutura no 40Horas do MJP, conforme apresentaremos adiante.

Com efeito, compreendemos que a lógica dos *banidos da cidade* retratada por Rodrigues (1988), antes reproduzida na relação Belém–Ananindeua, permanece e, mais do que isso, reproduz-se de forma ainda mais intensa no contexto interno, isto é, na relação Ananindeua–Ananindeua. Daí essa condição de invisível frente a Belém, seja por parte da classe média, seja da classe popular local, intriga e incomoda. É um silêncio que reverbera o vazio da cultura, a debandada dos artistas e agentes culturais que deixam Ananindeua para expressar-se extramuros, enquanto a periferia<sup>10</sup> permanece silenciosa e invisível. A classe média local se identifica com a capital e nela se dilui e a classe popular não alcança nem Belém tampouco Ananindeua, invisível na condição precária de seus bairros conhecidos pela violência e criminalidade, principalmente entre os jovens, estimuladas pelo tráfico de drogas que assalta a cidade. Atual também o trabalho de Rodrigues (1988) sobre a implantação do Conjunto Cidade Nova fazer parte de uma conjuntura do capital imobiliário no Pará que desde a década de 1970, mapeia

9 Para mais informações acessar site disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-169002-CONJUNTO+EM+ANANINDEUA+JA+TEM+83+CASOS+DE+MALARIA.html>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

10 Ananindeua - município vizinho e integrante da Região Metropolitana de Belém - como periferia urbana se esse conceito for considerado a partir de uma oposição a centro e revelar a variável distância de acordo com os parâmetros culturais locais (RODRIGUES, 1988).

vorazmente a periferia da RMB e estimula o aparecimento de conjuntos habitacionais para camadas populares e classe média, cujo direcionamento para Ananindeua é intenso sob diversas formas, desde os grandes e médios conjuntos até os condomínios fechados e formas de verticalização. Todo esse processo certamente resulta de contradições de classe na apropriação do espaço urbano e da luta pelos espaços centrais por parte da classe dominante que o Estado ratifica em sua política urbana explícita e implícita.

O morador dos conjuntos habitacionais de Ananindeua que provém em sua grande maioria de Belém, é um banido da cidade. (RODRIGUES, 1988) Por isso, migrar significou situação socioeconômica de baixa renda, ou seja, o acesso à moradia em áreas insalubres ou de forte tendência ao conflito social pela existência de promiscuidade ou marginalidade, características que contagiam as classes mais baixas com as ideologias da casa própria, da casa de alvenaria e da moradia em periferias salubres. Os produtos que este morador possui acesso proporcionam certa melhoria de vida, mas não modifica a situação de classe, ao contrário, fortalece essa condição ao expulsá-los do espaço da cidade, e isso significa que a reapropriação do morar se verifica segundo uma lógica segregacionista.

O trabalho de Borges (1992) reforça e completa esse cenário ao apresentar o papel fundamental das ocupações coletivas que, a partir da metade da década de 1980, se intensificam em direção a Ananindeua concomitante ao processo de desestruturação rural em função das transformações de utilização da terra. Com efeito, a luta pela apropriação privada da terra impôs diferentes significados à formação do urbano em Ananindeua e, nesse contexto, as ocupações coletivas se destacam como canais de construção de uma nova identidade social urbano-rural. Observa-se a significativa participação das ocupações de terra em todo o processo histórico de desenvolvimento do município, primeiro com o predomínio das

ocupações rurais até o final da década de 1970, quando as ocupações tipicamente urbanas entram em cena.

No início dos anos de 1990, época de seu trabalho, Borges (1992) foi constatada a precariedade das condições de moradia como cenário comum das periferias da aglomeração de Belém. Tratava-se da urbanização em ritmo acelerado promovida pela expansão das periferias que influencia o aumento do nível de exigências estatais para a manutenção das condições urbanas de vida, o que significou, principalmente em Ananindeua, que, a cada nova ocupação aprofundavam-se as distorções urbanas e, portanto, a emergência de necessidades sociais e urbanas novas para sobrevivência da população ocupante.

Essa realidade inspirou a solidariedade de interesses e o conhecimento da condição de exclusão social e promoveu uma nova rede de relações sociais através da articulação dos moradores no contexto de exploração das classes populares marcado pela dinâmica da espoliação urbana. Segundo Borges (1992), verifica-se que aqueles antes *invasores* instituem, no cotidiano da RMB, uma prática social permanente de lutas/reivindicações, porque se reconhecem excluídos dos direitos de sobrevivência na cidade criadora de identidade política que faz deles sujeitos históricos da ampliação dos direitos de cidadania.

A implantação de infraestrutura urbana, por sua vez, evidencia o atendimento de determinados direitos sociais, ao mesmo tempo em que a população toma consciência da responsabilidade estatal em atender convenientemente tais direitos. Na medida em que esse atendimento é precário ou inexistente, afeta diretamente os níveis de subsistência daquela população que busca construir novas estratégias de superação de suas carências (BORGES, 1992). Isso acontece, de modo geral, nas periferias da RMB cujas ocupações coletivas constituem verdadeiros bolsões de miséria que demonstram, segundo Borges (1992), a falência estatal no atendimento de

suas necessidades no contexto da urbanização desordenada das cidades.

Nesse sentido, o processo das ocupações coletivas da RMB é marcado pela segmentação da classe trabalhadora no espaço urbano, refletida no processo intenso de deterioração das condições de reprodução social. As ocupações se localizam em áreas afastadas dos centros urbanos ou nos seus arredores, sem a mínima infraestrutura para sobrevivência. Vale registrar ainda, no âmbito do trabalho de Borges (1992), que o urbano em Ananindeua sob a perspectiva da territorialidade é uma produção social em que as ocupações coletivas se instrumentalizam como geradoras de cidadania e essa lógica revela uma prática social que incide na formação de uma nova cultura popular de cidadania resultado das lutas do *direito de morar*.

A economia do município guarda forte relação com Belém que agrega em seu centro comercial a maioria dos empregos formais e equipamentos de serviços públicos e privados da RMB. Essa dependência diminuiu ao longo dos últimos dez anos ao considerar a atuação expressiva da iniciativa privada, responsável pela instalação de equipamentos comerciais de grande porte, educacionais de todos os níveis, além de condomínios de médio e alto padrão que proliferam em Ananindeua de forma vertiginosa.

Finalmente, importante mencionar que, se o povoamento de Ananindeua aconteceu principalmente em função das classes populares e, por isso, enraizado na cultura popular. O crescimento desse território aponta para um predomínio das classes médias que migram da capital paraense para os inúmeros condomínios fechados que se multiplicam na cidade. Certo é serem outras as aspirações das classes médias para a cultura local, diferentes daquelas das classes populares, por isso ousaria afirmar que a classe média sequer considera existir vida cultural em Ananindeua, o que em muito se reflete na escolha do poder local pela oferta da cultura

como entretenimento, através de festas e shows que nunca privilegiam artistas e/ou manifestações culturais locais.

O desapego e o preconceito das classes médias com a cultura local, assim como a falta de identidade com a história e a cultura desse lugar faz de Ananindeua uma cidade sem alma? Essa provocação inspira descortinar a *cena ananin*, ou a falta dela, através da voz de artistas e agentes culturais, conforme a seguir.

## IR À ESCUTA

Analisar o território pela via da cultura a partir da voz dos artistas e agentes culturais locais, sobretudo porque cidadãos normalmente invisíveis no contexto da cidade e, por isso, ausentes das instâncias de decisão, serve ao exercício da pesquisa e análise coletiva entre a realidade atual e aquela desejável apoiada no que apresentam e possibilitam os sujeitos envolvidos. Certamente uma amostra representativa de referências da cena cultural do Pará, os artistas e agentes culturais repertoriados para o pensar e experimentar coletivo desse trabalho são:

*Gilvan Souza do Movimento de Juventude Periférica (MJP), Grupo Forró Sanfonado e o cantor, compositor e pesquisador musical Pedrinho Cavalléro, moradores do bairro do 40Horas; Carlinhos do Bloco de Carnaval QZorra, a fundadora do Grupo Junino Flor do Ananin, D. Regina, e o casal Sheila e Carlos Moutinho do Rock na Veia, moradores do PAAR; Lúcia Araújo, pesquisadora da história de Ananindeua e fundadora do Amigos da Memória Ananin (AMA), e o artista plástico, escritor e poeta Maciste Costa, moradores do Conjunto Guajará; a funcionária pública municipal e moradora do Icuí, Odete dos Santos do Mar; Mestre Juvenal e Ivan Costa, fundadores do Grupo Fogo Fagô, do bairro do Aurá; Lúcio Martins, diretor e fundador do Grupo de Teatro Flor de Liz, morador de Águas Lindas; Cleito Pantoja,*

*bailarino e fundador do Projeto Cultural Ananin Dance, de Águas Brancas; os músicos Mário Mousinho e Ivan Cardoso o artista plástico Manoel Aragão, moradores da Cidade Nova; o cantor e compositor Márcio Farias, morador do bairro do Maguary; o escritor e poeta Márcio Santos, César Freitas do Bacurau da Meia Noite, o poeta Rubem de Almeida e o escritor e membro da Academia Paraense de Letras, Roberto Carvalho de Faro, moradores do bairro do Centro.*

*Obrigada pela generosidade e a confiança da contribuição voluntária a este trabalho.*

Nascido em 2004, no bairro do 40Horas,<sup>11</sup> em Ananindeua, o MJP surgiu quando um grupo de jovens, ao deixar a Pastoral da Juventude, sentiu necessidade de organizar-se para criar uma via de diálogo com a juventude local, que, para o grupo, estava sem perspectiva. À época, segundo Gilvan Souza, os jovens do 40Horas eram conhecidos pelas manchetes policiais dos principais jornais de Belém como assaltantes, assassinos e traficantes de drogas. Nesse cenário, nasce o MJP, com uma proposta de buscar alternativas para o cotidiano violento dos moradores do 40Horas pela via da cultura. A cultura da periferia paraense, segundo Gilvan,<sup>12</sup> é principalmente a cultura do brega e do tecnobrega das aparelhagens que não era aquela que o MJP se identificava ou que melhor representava o grupo. Por isso, motivado a procurar outros segmentos culturais que melhor identificassem suas aspirações, encontrou na cultura *hip hop* e *parafolclórica*<sup>13</sup> um jeito diferente de pensar o futuro. Para tratar todo tipo de tema de interesse dos moradores do 40Horas, como a ressocialização de jovens em situação de risco, o meio ambiente, a violência a que estão expostos e mesmo de

.....  
11 O 40Horas, juntamente com os bairros do Distrito Industrial, Icuí e PAAR, formaram as áreas de atuação prioritária no município de Ananindeua do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) do Ministério da Justiça.

12 Entrevista de Gilvan Souza à autora em 2 de julho de 2012.

13 Carimbó, Pássaros.

infraestrutura, como a questão da água e do saneamento básico, o MJP promove ações através do *hip hop*, do carimbó e da cultura afrodescendente como proposta de pensar e transformar a periferia pela via da cultura e dos movimentos culturais.

É interessante observar que Gilvan não menciona o poder público em nenhum momento. Mais do que isso, conta dos problemas, limitações e frustrações da gente do 40Horas, como se eles, moradores, tivessem que encontrar soluções à revelia das instâncias de decisão e gestão públicas e privadas, tamanha é a descrença no diálogo e na possibilidade de parcerias com elas. A fala de Gilvan é impregnada da certeza do permanecer invisível no contexto seja da cidade seja da grande Belém.

Paraense do Batista Campos, bairro nobre de Belém, nascido numa família de artistas, o cantor e compositor paraense Pedrinho Cavalléro<sup>14</sup> aprendeu os primeiros acordes ainda menino, com a mãe, e começou a compor em 1971, com 12 anos, época do início dos Festivais no Brasil, circuito que frequenta até hoje, quando do surgimento, nessa mesma época, dos Clubes do Choro em várias cidades brasileiras como espaço de resistência à discoteca que chegava ao país. Em Belém, a Casa do Choro era um espaço de convivência com toda a cultura da terra, assim como, segundo o artista, hoje é o Café Portela em Ananindeua. Cavalléro conta que sempre ganhou a vida como músico, foi parceiro e amigo de Rui Barata, Paulo André Barata, Nilson Chaves, Jane Duboc e Vital Lima, para citar alguns nomes.

Expoente da música paraense e cidadão ananin há 23 anos, Pedrinho conta que, desde que mora em Ananindeua, nunca foi chamado pelo poder público local para qualquer diálogo ou ação na cidade, tampouco tocou nos bares e/ou espaços de Ananindeua. A sua vida de músico profissional não tocaem nada a vida da cidade que mora há tanto tempo, a despeito dos encontros entre amigos

.....  
14 Entrevista de Pedrinho Cavalléro à autora em 28 de janeiro de 2013.

no Café Portela.<sup>15</sup> Pedrinho Cavalléro lembra que tocou em alguns pequenos projetos da cidade, mas insiste que ninguém nunca o procurou para conversar, nem com ele nem com os músicos locais de modo geral:

*[...] eu não tenho dinheiro, mas eu tenho uma história e os caras não aproveitam. Eu moro aqui, eu não trabalho aqui! Tem[sic] 23 anos que eu moro aqui e vou trabalhar em Belém. Eu faço compras aqui, sou eu que faço supermercado, feira, eu conheço todo mundo que tu possas imaginar, imagina, eu sou artista, e convivo na cidade. Hoje eu vou lá no [sic] samba da feira do peixe, entendeste?! Então eu convivo com a galera daqui, principalmente o pessoal que vai para o Café Portela, de alguma maneira isso tá [sic] dentro de mim e na hora que eu vou criar isso aparece de uma maneira ou de outra, eu moro aqui, eu moro há 23 anos aqui.*

Vale destacar o abismo entre o 40Horas de Pedrinho Cavalléro e aquele do MJP, separados por uma larga Avenida Centenário cuja travessia de um lado para outro é contornar a rotatória do 40Horas. Do lado de Cavalléro, segundo ele, o bairro melhorou em termos de infraestrutura nesses pouco mais de 20 anos, estão importantes condomínios de classe média, como o Cypress Garden e o Vila Firenze, onde moram várias autoridades locais. O 40Horas de Gilvan do MJP ainda carece de serviços, como saneamento básico e água encanada, além da situação de extrema violência principalmente entre os jovens.

O encontro com Juvenal Ramos de Oliveira,<sup>16</sup> fundador do Grupo Fogo Fagô, em sua casa no Aurá, bairro onde mora desde que se mudou para Ananindeua, começa pela queixa da impunidade,

.....  
15 O Café Portela é um pequeno bar na Cidade Nova 8, situado à WE 52, no 22. Não é aberto ao público, só entra quem é trazido pelos amigos e frequentadores da casa comandada há mais de 14 anos pelo casal Dona Ray e Seu Flávio Pinto.

16 Entrevista de Mestre Juvenal e Ivan Costa à autora em 1 de novembro de 2012.

assim como da ausência do poder público, que promove a violência no bairro. Para Mestre Juvenal, como é conhecido, a presença de uma polícia eficiente que traga segurança é mais urgente do que o saneamento básico, ainda inexistente no por lá. Ressalta também a inexistência de praças e/ou espaços de convivência e lazer: “no Aurá, não existe!”.

Morador do Aurá desde 1992, Mestre Juvenal<sup>17</sup> não pensa em sair. Conta que ao chegar, era preciso ir até a BR para buscar tudo o que precisasse. Ainda hoje, do lado que mora<sup>18</sup>, não há água encanada nem saneamento básico, é atendido pela rede elétrica, o lixo passa de vez em quando, há um posto de saúde que funciona e uma delegacia então fechada para reforma.

Sobre seu processo criativo, o mestre da cultura popular conta que ouve uma notícia ou uma história e, em seguida, faz uma canção, letra e melodia vêm juntas, de uma só vez, seja carimbó<sup>19</sup>, xote, retumbão, toada ou baião com carimbó. Aos 60 anos, não sabe ler nem escrever, aprendeu sozinho a compor e a tocar o curimbó<sup>20</sup>. Com aproximadamente setenta composições que, segundo ele próprio, estão todas gravadas na sua cabeça, o Fogo Fagô tem em seu repertório aproximadamente 30 músicas, todas composições do Mestre Juvenal.

Com efeito, a valorização é a dificuldade primeira e central dos artistas e agentes culturais locais. O Mestre então desabafa:

.....

- 17 Mestre Juvenal foi contemplado com o Prêmio Culturas Populares - 100 anos de Mazzaropi e, assim, reconhecido pelo Ministério de Estado da Cultura como Mestre da Cultura Popular, além do prêmio em dinheiro que possibilitaria realizar o sonho de gravar seu primeiro CD e finalmente registrar parte de sua obra (Diário Oficial da União, nº205, de 22 de outubro de 2013, Seção 1, página 8).
- 18 A Estrada do Aurá atravessa o bairro como um rio que divide o bairro em duas margens, direita e esquerda.
- 19 O carimbó é ritmo, música e dança praticado por grupos da capital e do interior do estado, tratado em diversos estudos, como os de Figueiredo e Bogéa (2015).
- 20 Instrumento musical de percussão próprio da cultura paraense, espécie de tambor usado no carimbó.

*[...] é a conscientização de que a gente existe, a conscientização de que a gente existe, valorizar o que a gente é! [...] O pessoal não dá valor, a gente acha que em Ananindeua não tem [sic] cultura porque a gente não vê. Por exemplo, essa música que eu faço, música da cultura do Pará, é xote, é toada, é retumbão, tudo eu faço, mas a gente não tem valor, a gente vai tocar por aí, ganha uma mixariazinha, não dão valor pra [sic] gente. A gente não quer se comparar com quem é de fora, a gente quer ser o que a gente é mesmo, mas não dão valor, em Ananindeua principalmente. A música que eu canto não é dos outros, aliás, eu nem gosto de cantar música dos outros, eu gosto de cantar as minhas, pra[sic] mim é melhor pra [sic] mostrar o meu trabalho.*

E conclui:

*as pessoas acham que é fácil fazer música, é fácil pra [sic] quem sabe, pra [sic] mim é bem facinho. Tu sabes, eu não tenho escritura nenhuma mas vem e eu canto e não erro, eu não erro depois. [...] Muita gente vem perguntar pra [sic] mim, ‘mas mestre como o senhor faz música assim, o senhor cria uma música dessa [sic] sem saber ler nem escrever?’ E eu respondo que se fosse assim todo dotô [sic] sabia fazer música.*

Márcio Farias<sup>21</sup> é cantor e compositor da Serra do Navio no Amapá e morador de Ananindeua desde o início da década de 1980, quando chegou com dez anos e começou sua vida musical. Por morar em Ananindeua, seu desejo, como músico, era tocar em Belém, onde suas influências musicais, como Delson Tainara, tocavam. Gravou seu primeiro disco, Sons e Emoções, 100% independente, em 1996, lançado em 2005, no Teatro Margarida Schiwazzappa, em Belém. Em 2009, gravou seu segundo disco, Trilhos da Fantasia, e destaca a importância dos equipamentos culturais de Belém, como o Teatro

.....  
21 Entrevista de Márcio Farias à autora em 22 de dezembro de 2012.

Waldemar Henrique e o SESC Boulevard, onde fez shows em 22 e 29 de novembro de 2012.

O artista conta que a intensa agenda de festivais ao redor do Brasil durante o ano valoriza seu trabalho e impacta no cachê. A participação/premiação advinda dos festivais possibilita certa folga financeira e assim recusar trabalhar por qualquer valor, isso sem contar encontros e intensa troca de experiências com a comunidade artística brasileira. Sobre Ananindeua, ele conta que permanecer na cidade não foi exatamente uma escolha:

*[...] eu não sou apaixonado pelo lugar onde eu moro porque o lugar onde eu moro é assim, eu fui criado nesse lugar, como se eu tivesse sido criado por um camarada que eu comecei a chamar de pai porque foi me criando, mas não tinha carinho, não tinha zelo por mim, nunca me deu nenhum tipo de orientação pra [sic] vida, só me dava um lugar pra [sic] dormir, eu sinto Ananindeua mais ou menos assim. Eu não tenho uma relação de carinho com Ananindeua, mas não significa que eu não goste daqui, eu sou muito satisfeito onde eu moro, aqui eu vivo tranquilo, essa paz e essa tranquilidade eu gosto de ter, aqui meu filho tem espaço.*

Com efeito, relata que, na época de sua experiência como diretor de cultura (2005–2007), a demanda mais urgente era um equipamento cultural público para as apresentações artísticas e capacitação dos artistas e agentes culturais locais. Demanda atual ao considerar as obras abandonadas de equipamentos públicos do município, em parceria com o governo federal, através do Ministério de Estado da Cultura (MinC).<sup>22</sup>

.....  
22 Eram eles: dois Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), antes Praças dos Esportes e da Cultura (PECs), de 3.000m<sup>2</sup> para o bairro de Julia Seffer e 7.000m<sup>2</sup> para o bairro de Jaderlândia; um Espaço Mais Cultura em frente ao ginásio do Abacatão, na Cidade Nova; e um Usina Cultural para o Quilombo do Abacatal; que somados captaram para Ananindeua mais recursos que todo o estado do Pará junto ao Ministério de Estado da Cultura em 2011-2012. O que certamente motivou a vinda/visita ao município da então Ministra Ana

No contexto dessa experiência na gestão pública, vale destacar que Márcio Farias insiste sobre política cultural significar muito mais que realizar eventos/festas. Nesse sentido, vale destacara fala do artista sobre as Conferências de Cultura realizadas à época com objetivo de traçar/apresentar diagnóstico cultural do município, e analisadas em Bogéa (2014):

*[...] nós perguntamos isso nas conferências, como você se identifica como morador de Ananindeua dentro do teu fazer artístico, como é que tu te identificas? Tu tocas carimbó? O carimbó não é de Ananindeua. Ananindeua tem uma música característica, Ananindeua tem um ritmo, Ananindeua tem uma musicalidade? Quem toca que é compositor vai tocar onde, em Ananindeua? Toca em Belém! Ananindeua não tem espaço pra [sic] isso, Ananindeua é uma cidade que vive das influências que chegam nela, das pessoas que passam, ficam um período e tal e trazem essas influências, mas Ananindeua não tem uma música, Ananindeua não tem um ritmo característico dela, Ananindeua não tem um artesanato que a represente. Qual é a cara cultural que existe se é que ela tem uma cara?*

## O AVESSO DA CIDADE DA CULTURA

Contextualizar a cultura por meio da escuta dos artistas e agentes culturais locais significa repertoriar condições e exigências, mas também situações e desejos, apresentados diretamente por seus protagonistas para constatar o vazio que a ausência de seu trabalho e, portanto, da produção de sua criação causa à cidade onde vivem e impede, no caso, Ananindeua se desenvolver. Isso principalmente no que concerne à independência/autonomia em relação a Belém. Significa desenvolver mais do que infraestrutura e serviços públicos

.....  
de Hollanda em março de 2012.

da terceira maior cidade da Amazônia, para desenvolver também o compreender-se e enxergar-se, uma vez é, principalmente, nas pessoas que essa dependência permanece enraizada.

Com efeito, isso impacta no trabalho dos artistas, aliás, na falta do trabalho dos artistas e segmentos culturais locais que a despeito da resistência apresentada por eles neste trabalho, continuam invisíveis no contexto da cidade e, por isso, migram para trabalhar na capital paraense. Entretanto, segmentos da cultura popular e da periferia permanecem e insistem numa resistência cotidiana, aparentemente silenciosa, para aqueles que decidem a Ananindeua.

Compreendemos que a aceitação do poder local da dependência de Belém significa uma opção. Opção porque é mais fácil reproduzir a política assistencialista das subvenções no calendário cultural da cidade, qual seja carnaval e festa junina, o que não é uma prerrogativa de Ananindeua, do Pará ou da Amazônia, mas herança cultural dos tempos do Brasil colônia e reproduzida em todas as paisagens do país. É difícil romper com essa prática porque ainda predominante seja do lado do poder local seja, muitas vezes, dos próprios artistas e agentes culturais. Opção porque, ao aceitar/reproduzir a condição de periferia de Belém, o poder local — não apenas o poder público — escolhe pela falta de políticas, programas, ações e investimentos no setor cultural.

Não enxergar e, assim, não reconhecer a cena cultural local cuja diversidade desde a raiz certamente determina que território é esse, quem nele vive, o que querem, desejam e sonham as pessoas desse lugar, informações traduzidas pelo criar, pelo saber e pelo fazer artístico e cultural ali naquele território produzidos, significa não desenvolver. Essa é a escolha do poder local, que escolhe pela dependência de Belém.

## REFERÊNCIAS

- BOGÉA, Eliana. Do lugar que se discute cultura: o Pará no Sistema Nacional de Cultura. *Políticas Culturais em Revista*, UFBA: 2014. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/11629>>. Acesso em 18 jan 2017.
- BORGES, M. V. P. *Cidadania e direito de morar: ocupações coletivas e o movimento de posseiros de jaderlândia- Ananindeua - Pará*. 1992. 380 f. (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônico, Universidade Federal de Pará, Belém, 1992.
- CARNEIRO, E. J.; LEITE, D. S.; TAVARES, D. P. Conflitos ambientais, construção de territórios urbanos e estratégias de empresariamento urbano da Capitalbrasileira da cultura. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 412-438.
- DELGADO, N. et al. As experiências de Desenvolvimento Territorial no Brasil. Algumas lições aprendidas. In: DELGADO, N. et al. *Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais*. Rio de Janeiro: UFRRJ: IICA, 2007. p. 29-66.
- DOL. Diária de online, [S.l.], c2016. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-169002-CONJUNTO+EM+ANANINDEUA+JA+TEM+83+CASOS+DE+MALARIA.html>>. Acesso em: 16 ago. 2016.
- FARIAS, P. E. *Gestão pública no Pará: análise dos governos municipais de Belém e Ananindeua (1997-2000)*. 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônico, Universidade Federal de Pará, Belém, 2004.
- FIGUEIREDO, S. J. L.; [BOGÉA, E.](#) Hibridismo cultural e atualização da cultura: o Carimbó do Brasil. *RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 81-92, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/issue/view/1179/showToc>>. Acesso em 18 jan. 2017.
- IBBE. Cidades@, [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150080&search=||infogr%Elficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

MAGALHÃES, S. B. Territórios ocupados: um ensaio de reflexão sobre política pública de desenvolvimento nacional e desenvolvimento territorial. In: TEISSERENC. P. et al. (Org.). *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia*. Belém: NUMA/UFPA, 2008. p. 231-244.

OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.

RODRIGUES, E. J. *Banidos da cidade unidos na condição: o Conjunto Cidade Nova como um espelho da segregação social em Belém*. 1988. 410 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal de Pará, Belém, 1988.

TEISSERENC. P. et al. (Org.). *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia*. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

TEISSERENC. P. Le développement par la culture. *L'Homme et la société*, Paris, v. 3, n.125, p.107-121.1997.

OLIVEIRA, José Aldemir. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.

RODRIGUES, Eliene Jaques. *Banidos da cidade unidos na condição: Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém*. 1998. 271 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

TEISSERENC. P. et al. (Org.). *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia*. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

TEISSERENC. P. Le développement par la culture. *L'Homme et la société*, Paris, v. 3, n. 125, p. 107-121. 1997.

TEISSERENC. P. Du développement local au développement territorial: la coproduction de politiques publique par la mobilisation à partir d'un projet de territoire. In: LAFONTAINE D. et JEAN B. *Territoires et fonctions*. Montréal: Éditions du CRDT et du GRIDEQ, 2005.